

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO BANESTES Nº 012/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE RISCOS NOMEADOS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS PARA OS IMÓVEIS E CONTEÚDO (MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS) DAS UNIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO BANESTES

DADOS DO EDITAL

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no aplicativo "compras.gov.br".

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14 de abril de 2022

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 09h 30m (referência: horário de Brasília DF).

MODO DE DISPUTA: ABERTA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

FORMA: ELETRÔNICA

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

ATENDIMENTO PÚBLICO: 13h às 17h - (Endereço e contatos abaixo)

LOCAL DE ABERTURA: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

CÓDIGO BANESTES - UASG: 925560

RSFB – Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES.

O regulamento mencionado encontra-se publicado no sítio: https://www.banestes.com.br/publicacoes_legais/arquivos_colic/regulamento-licitacoes-contratos-sfb.pdf

SFB - Conglomerado de empresas do Sistema Financeiro BANESTES.

BANESTES S.A. – BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 2º andar, Centro, Vitória – ES.
CEP 29.010-931

Tel.: (27) 99803-7322

E-MAIL: pregoes@banestes.com.br

HOME PAGE: www.banestes.com.br



BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital, sito na Av. Princesa Isabel, 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 9º andar, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.127.603/0001-78, **BANESTES SEGUROS S.A.**, com sede nesta Capital, na Rua Cassiano Antônio Moraes, n.º 60, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP: 29.050-525, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.053.230/0001-75, **BANESTES DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede nesta Capital, sito na Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "A", 9º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.156.057/0001-01 e **BANESTES ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO LTDA**, com sede nesta Capital, na Rua Cassiano Antônio Moraes, n.º 60, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP: 29.050-525, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 27.034.677/0001-05, daqui por diante denominado(s) simplesmente **CONTRATANTE(S)**, conforme autorizações exaradas no processo n.º **12619-5**, leva(m) ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes – RSFB, publicado no DIO-ES, em 29/06/2018, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, da Lei Complementar Estadual nº 618, de 11/01/2012, do Decreto federal nº 10.024/19, de 20/09/2019 e demais normas pertinentes, realizará(ão) licitação, pelo rito da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO**, regime de empreitada por preço global, em disputa por modo aberto, objetivando a contratação de pessoa jurídica para **CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE RISCOS NOMEADOS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS PARA OS IMÓVEIS E CONTEÚDO (MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS) DAS UNIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO BANESTES**, para uso do(s) CONTRATANTE(S), mediante as condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente contratação é a contratação de seguro de riscos nomeados de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros para os imóveis e conteúdo (mobiliário e equipamentos eletrônicos) das unidades do sistema financeiro Banestes, em conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência - Anexo I.
- 1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- | | | |
|---|--------------------|---|
| ✓ | ANEXO I. | Termo de Referência; |
| ✓ | ANEXO I.1. | Relação de Unidades a serem seguradas. |
| | ANEXO II | Minuta de Contrato; |
| ✓ | ANEXO II.1. | Modelo de declaração para não retenção de CSLL, Cofins e Pis/Pasep; |
| ✓ | ANEXO II.2. | Modelo de declaração de estabelecimentos; |
| ✓ | ANEXO III. | Modelo de Proposta Comercial. |

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação são provenientes de recursos próprios do(s) CONTRATANTE(S).
- 2.2. O valor estimado é **SIGILOSO**, conforme estabelecido no art. 34 da Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES – RSFB.
- 2.3. Se houver solicitação de terceiros (fora do SFB) para acesso aos autos do processo, só será possível a obtenção de vista e de cópias de documentos ou trechos de documentos não sigilosos, ou seja, daqueles documentos/trechos que



não contenham informações sobre a estimativa de preços.

- 2.4. O BANESTES poderá, a seu critério, conforme previsto no Artigo 57 do RSFB, divulgar o valor estimado da licitação durante a fase de negociação. Após a divulgação da estimativa de preços ou após a declaração do vencedor do certame, o que ocorrer primeiro, os autos do processo deixam de ser sigilosos.

3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL

- 3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal.
- 3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.
- 3.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.3.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de inabilitação
- 3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.6. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus ANEXOS, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, em situação regular, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, para participação de Pregão Eletrônico.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrem no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e/ou na "Seção IV. Condições de Participação" do RSFB, bem como:
- 4.2.1. Que estejam em processo de falência ou concordata, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;



- 4.2.2. Que estejam reunidas em consórcio, na forma de sociedade de propósito específico, ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 4.2.3. Estrangeiras que não funcionem no País;
- 4.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.4.2. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparadas;
 - 4.4.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus ANEXOS, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal do Brasil.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, exceto os de capacidade técnica e econômica, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas, pelo Pregoeiro, pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a



proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

- 5.7. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, bem como, se for o caso, a condição de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado. Tais declarações serão feitas no ato do envio das propostas preço e habilitação, por intermédio da funcionalidade disponível no sistema eletrônico.
- 5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 5.9. O licitante deverá enviar sua proposta de preço mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a:
- 5.9.1. Valor unitário e global do item em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando a quantidade constante deste Edital;
- 5.9.1.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO, GLOBAL** devendo os licitantes informar os valores unitários e totais de suas propostas conforme **ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial**.
- 5.9.1.2. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e quaisquer outros que incidam direta e indiretamente na contratação do objeto.
- 5.10. A proposta a ser inserida no sistema como anexo deverá conter no mínimo:
- 5.10.1. Indicação da marca, modelo e fabricante, quando for o caso;
- 5.10.2. Descrição detalhada do objeto ofertado
- 5.10.2.1. Qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo I deste Edital e as constantes no catálogo de materiais do sistema - CATMAT ou CATSER -, prevalecerão para todos os efeitos as do Anexo I.
- 5.10.3. Prazo de entrega, observado o limite máximo previsto no Edital;
- 5.10.4. Prazo de garantia do produto, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência, quando for o caso;
- 5.10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.
- 5.10.6. Identificação do emitente da proposta e assinatura do signatário manual ou digital.
- 5.11. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS.
- 5.12. Ao enviarem suas propostas os licitantes automaticamente se declaram conhecedores das especificações/descrições técnicas do objeto licitado, não cabendo alegar desconhecimento posterior como defesa para aplicação de eventual sanção, sendo certo que as descrições dos itens geradas pelo Portal de Compras do Governo Federal são apenas referências de ordem sequencial para



cotação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no campo “Dados do Edital” e já cadastradas no Portal de Compras.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 7.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante na inclusão das descrições e inserções prévia no Portal de Compras do Governo Federal. A proposta conforme modelo do edital deverá ser anexada em campo próprio do sistema devidamente identificada e assinada acompanhada dos documentos de habilitação, pois somente após o encerramento da fase de lances se tornará pública e de conhecimento do pregoeiro e dos demais licitantes.
- 7.1.2. Após o término da sessão, a negociação será realizada conforme a ordem de classificação, todavia a proposta cujo valor final for maior que o estimado será desclassificada.
- 7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais ANEXOS estarão disponíveis no Portal www.compras.gov.br.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL (DO PRÊMIO), pelo prazo de 12 (doze) meses.**
- 8.1.1.1. A proposta a ser enviada deverá conter **PREÇO UNITÁRIO E GLOBAL**, com no máximo duas casas decimais após a vírgula.
- 8.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 8.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo Sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo



de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

- 8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.5.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes, inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de: **R\$ 300,00 (trezentos reais)**.
- 8.5.2. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.6. A etapa de lances terá a duração de 10 (dez) minutos.
- 8.6.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo Sistema por 2 (dois) minutos, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de que trata o item anterior ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
- 8.6.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem anterior, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente quando atingido o segundo minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.
- 8.6.1.2. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no Sistema e respectivos valores; do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- 8.6.2. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados nos subitens anteriores.
- 8.6.3. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio eletrônico da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.7. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.
- 8.7.1. Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada licitante.
- 8.8. Os lances enviados pelo mesmo licitante com intervalo inferior a 20 (vinte) segundos serão descartados automaticamente pelo sistema, e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos.
- 8.9. Em caso de empate, aplica-se o art. 52 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB.
- 8.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento



serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

- 8.11. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.12. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.13. No caso de desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa aos participantes no sítio www.compras.gov.br.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 9.1. Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
 - 9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - 9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta Condição, aplica-se o disposto nos Artigo 55 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB;
 - 9.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, precluirá o direito previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;
 - 9.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 10.2. A negociação observará o disposto no Artigo 57 do Regulamento de Licitações e



Contratos do SFB (Sistema Financeiro BANESTES) e será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

- 10.3. Após a negociação, o licitante terá o prazo de duas horas, contadas da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta final e, se necessário, dos documentos complementares adequados ao último lance ofertado.
- 10.4. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 11.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, após a fase de negociação e após o licitante ter tido a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.
- 11.2.1. Considera-se inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada a sua viabilidade, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, após o licitante ter tido a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.
- 11.3. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.4. O(s) CONTRATANTE(S) pode(m), de ofício ou a pedido de qualquer interessado, realizar diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, prorrogável a critério do Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.6.1. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



- 11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 11.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 11.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 12.1.1. SICAF;
- 12.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 12.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 12.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.1.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 12.1.4. Constatada a existência de sanção ou alguma ocorrência impeditiva, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



- 12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira, exceto falência e concordata.
- 12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do SICAF, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante.
- 12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável a critério do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- 12.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 12.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.7. Ressalvado o disposto nos itens 5.3 e 12.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 12.7.1. Habilitação jurídica**
- I. Registro comercial, no caso de empresário individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e alterações devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores em exercício;
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresário ou sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para



funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.7.2. Regularidade fiscal

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
- II. Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que pode ser apresentada por meio da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- III. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

12.7.3. Qualificação Técnica

- I. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por entidade(s) de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, comprovando aptidão para fornecimento do objeto licitado;
- II. Certidão comprovando estar autorizada a operar em seguros privados junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

12.7.4. Qualificação Econômico-Financeira

- I. Certidão Negativa de pedido de falência ou de concordata, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da Licitante.
- II. Certidão Negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da Licitante.
- 1) No caso de empresa em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, o Licitante deverá apresentar a certidão emitida pelo juízo em que tramita o processo da recuperação judicial atestando que o plano de recuperação judicial ou extrajudicial foi devidamente aprovado/homologado, e que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir o futuro Contrato, levando em consideração o objeto a ser contratado.
- III. Ambas as certidões devem ser emitidas no máximo 60 (sessenta) dias antes da data determinada para sessão pública. Quando a certidão não apresentar prazo de validade, somente será aceita se anexada legislação específica que estabeleça validade diversa para o respectivo documento.

12.8. Das empresas cadastradas no SICAF

- 12.8.1. A licitante que já estiver cadastrada no SICAF, ficará dispensada de apresentar os documentos relativos aos itens 12.7.1 e 12.7.2, cuja a conferência se dará por consulta pelo Pregoeiro ao SICAF dos documentos relacionados nos referidos itens.
- 12.8.2. A verificação se dará mediante consulta online, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.

12.9. Da regularidade fiscal da microempresa e empresa de pequeno porte

- 12.9.1. Se o detentor do menor preço for microempresa, empresa de pequeno porte microempresário individual ou equiparados deverá apresentar toda a



documentação exigida neste edital, ainda que tais documentos apresentem alguma restrição.

- 12.9.2. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que o termo inicial do prazo será o dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.
- 12.9.3. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, será registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização. Em caso de atraso por parte dos órgãos competentes para emissão de certidões negativas de débito ou certidões positivas com efeitos de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos Artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, bem como a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.
- 12.9.3.1. Na hipótese descrita no item anterior, o licitante terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal, prazo este que poderá ser prorrogado única e exclusivamente por motivo relacionado à impossibilidade do órgão responsável em emitir a certidão, o que deve ser comprovado pelo licitante.
- 12.9.4. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente fica condicionada à comprovação de toda a regularidade fiscal exigida neste Edital, sob pena de decadência do direito à contratação.
- 12.9.5. A não regularização da documentação nos prazos previstos no item 12.9.2 e no item 12.9.3.1 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no RSFB, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 12.9.6. Se a licitante, de qualquer forma, fraudar os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seja por extinção ou suspensão do crédito tributário, ser-lhe-á aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a empresa do SFB contratante, nos termos do RSFB, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis.

13. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 13.1. Os documentos de habilitação serão inclusos no sistema concomitante à inclusão da proposta comercial. A não inclusão acarretará na inabilitação da proposta.
- 13.2. A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
- 13.3. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.3.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim



sucessivamente, na ordem de classificação.

- 13.4. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.
- 13.6. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 13.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 13.8. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 13.9. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 14.1. Os licitantes deverão fornecer, quando solicitado pelo Pregoeiro, o ANEXO III- Modelo de Proposta Comercial Final, devidamente preenchido, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo máximo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, após solicitação no sistema eletrônico, contendo a proposta final assinada e os seguintes dados:
 - 14.1.1. O nome do representante legal da empresa, o cargo ocupado e identificação;
 - 14.1.2. Declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, em conformidade com o disposto no ANEXO I deste Edital;
 - 14.1.3. A razão social, o endereço, correio eletrônico (e-mail), o número do CNPJ, o número da conta corrente, preferencialmente, no BANESTES ou citação de pagamento por boleto bancário, bem como os números do telefone e celular do representante da empresa;
 - 14.1.4. O licitante vencedor deverá informar e-mail atualizado para receber e responder intimações/notificações do(s) CONTRATANTE(S) e deverá responder de imediato confirmando a ciência da intimação/notificação.
 - 14.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto da licitação e aplicação de eventual sanção à Adjudicatária, se for o caso.
 - 14.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo e fabricante, vinculam a Adjudicatária.
- 14.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), com duas casas decimais após a vírgula, o valor unitário em algarismos e o valor global em



algarismos e por extenso.

- 14.2.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 14.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 14.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 14.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sistema, após a fase de lances.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. É cabível recurso, nas fases, nos prazos e procedimentos previstos no Artigo 90 do Regulamento de Licitações e Contratos do SFB.
- 15.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, ao término da sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
 - 15.2.1. O Pregoeiro assegurará tempo mínimo de 30 (trinta) minutos para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.
 - 15.2.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 - 15.2.3. Cabe à Comissão de licitação e ao Pregoeiro receber, apreciar sua admissibilidade, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
 - 15.2.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
 - 15.2.5. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, conforme o caso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - 15.2.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DECORRENTE DE RECURSO

- 16.1.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 16.1.1.1. nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à



realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

- 16.1.1.2. quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 16.1.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 16.1.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 16.1.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO, HOMOLOGAÇÃO E PUBLICIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- 17.1. Havendo previsão neste instrumento, o objeto da licitação, somente será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor após os procedimentos e condições previstas para avaliação de amostras/protótipo.
- 17.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados,
- 17.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade de todos os atos praticados, o resultado da licitação será submetido a autoridade competente para fins de homologação do procedimento licitatório.
- 17.4. Após a homologação, será dada publicidade ao resultado da licitação, em tempo real, mediante a disponibilização em sítio eletrônico: www.compras.gov.br.

18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 18.1. Após homologação do procedimento licitatório, a adjudicatária será convocada para assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- 18.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

- 18.2. Previamente à contratação, o BANESTES realizará consulta “on line” ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

- 18.3. A Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, fica ciente de que os pagamentos decorrentes do Contrato/Ordem de Fornecimento serão realizados,



preferencialmente, por meio de conta corrente BANESTES.

- 18.4. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se retirar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após, feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta, e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos termos do § 1º do Artigo 76 do RSFB.
- 18.5. A Adjudicatária deverá manter durante toda a execução do objeto da licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. A aplicação de penalidades e sanções administrativas observará o disposto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB e na Lei nº 13.303/2016.
- 19.2. À licitante que praticar ou que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação, poderá ser aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a empresa do SFB contratante, por até 2 (dois) anos.
- 19.3. Aplica-se, ainda, as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, especialmente em virtude do cometimento de atos lesivos na forma do Artigo 5º da referida Lei.
- 19.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 19.5. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens 19.1, 19.2, 19.3 e 19.4 e nos incisos do Artigo 107 do RSFB, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ao impedimento de licitar e de contratar com o SISTEMA FINANCEIRO BANESTES e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 19.6. Além das penalidades previstas nos itens antecedentes, a inexecução total ou parcial do objeto contrato sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções, observado o procedimento para aplicação de sanções previsto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB:

I. Advertência;

II. Multa, aplicável nos percentuais e casos adiante enumerados:

- a) No caso de inexecução parcial do objeto, multa na razão de 3% (três por cento) sobre o valor total atualizado do objeto contratado;
- b) No caso de inexecução total, multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total atualizado do objeto contratado.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de



contratar com o(s) CONTRATANTE(S), por prazo não superior a 2 (dois) anos.

- 19.7. Além das condutas irregulares previstas na Lei nº 12.846/2013, a sanção de suspensão estabelecida no inciso III do item 18.6, poderá também ser aplicada à CONTRATADA se esta:
- I. Sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o(s) CONTRATANTE(S) em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.8. As multas previstas no inciso II do item 18.6 quando aplicadas, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo(s) CONTRATANTE(S) à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 19.9. O atraso injustificado na execução do objeto contratado sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, de 1 % (um por cento) por dia sobre o valor total contratado limitado ao total de 10% (dez por cento).
- 19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
- 19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade
- 19.12. As multas serão recolhidas em favor do(s) CONTRATANTE(S), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, no CEIS/ CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas por Atos de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade), nos termos da Lei 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15
- 19.14. As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis
- 19.15. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do objeto, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para solicitar esclarecimento e/ou impugnar o instrumento convocatório até o quinto dia útil anterior à data fixada para a ocorrência do certame, em ambos os casos por escrito e entregue



exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail: pregoes@banestes.com.br, até às 18 horas do último dia útil do prazo citado neste item.

- 20.1.1. Não serão atendidas solicitações (questionamentos/impugnações) formuladas após o prazo estabelecido no subitem 20.1.
- 20.1.2. As solicitações de esclarecimentos ou impugnações, ambos limitados a capacidade do sistema de 20.000 caracteres, relativos ao presente Edital, devem ser enviados obrigatoriamente ao e-mail: pregoes@banestes.com.br em 02 arquivos: um arquivo digitalizado (exemplo: formato .pdf) contendo o pedido de esclarecimento ou impugnação, documentos que amparem a solicitação, se houver, documento de identificação do signatário e documentos que comprovem os poderes de representação; e outro arquivo em modo editável (formato .doc ou .docx) com o inteiro teor da petição de pedido de esclarecimentos, impugnação ou recurso.
- 20.1.3. O arquivo com pedido de esclarecimentos ou impugnação deve ser enviado para o e-mail: pregoes@banestes.com.br, em formato editável (formato .doc ou .docx etc.), ou em PDF não bloqueado para cópia, a fim de possibilitar ao Pregoeiro inserir os dados no Portal de Compras do Governo Federal, sítio www.compras.gov.br.
- 20.2. O SFB, por meio do pregoeiro auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, deve prestar esclarecimento e/ou processar, julgar e responder a impugnação interposta em até 03 (três) dias úteis contados da solicitação ou interposição.
- 20.3. Na hipótese de o SFB não prestar o esclarecimento ou não decidir a impugnação até a data fixada para a ocorrência do certame, a licitação deverá ser adiada, fixando-se nova data para sua ocorrência.
- 20.4. A resposta ao esclarecimento e/ou da impugnação será comunicada diretamente no Portal de Compras do Governo Federal, pelo Pregoeiro, a todos os interessados e passa a integrar o instrumento convocatório.
- 20.5. Acolhida a impugnação que altere o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
- 20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas pelo sistema eletrônico www.compras.gov.br, em até 03 (três) dias úteis contados da solicitação ou interposição, e vincularão os participantes e a Administração.
- 20.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 20.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.



- 20.9. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.10. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 20.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.
- 20.13. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na sede administrativa do(s) CONTRATANTE(S).
- 20.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.15. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.16. Em caso de divergência entre disposição do Edital e de seus anexos ou das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
- 20.17. O Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos no órgão, situado no endereço constante do preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 13h às 17h ou por meio dos sites www.compras.gov.br ou www.banestes.com.br/publicacoes_legais/index.html.
- 20.18. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante do preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 13h às 17h, mediante prévio agendamento a ser feito pelo e-mail: pregoes@banestes.com.br.
- 20.18.1. Conforme previsão legal e estabelecido neste certame, o requerente que fizer vistas ao processo não terá acesso aos custos estimados da contratação dado o seu caráter sigiloso.
- 20.19. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do proponente, com todos os termos e condições deste edital.
- 20.20. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 20.21. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro,



ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio.

- 20.22. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 20.22.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre o(s) CONTRATANTE(S).
- 20.23. Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre o(s) CONTRATANTE(S) e a CONTRATADA, serão resolvidas de acordo com a legislação brasileira.
- 20.24. Observadas as condições legais, a Equipe de Pregoeiro poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa, ou em consequência de solicitações de esclarecimentos, modificar este edital e seus ANEXOS, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas.
- 20.25. O Pregoeiro poderá, no interesse do(s) CONTRATANTE(S) e a seu exclusivo critério, relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação e/ou possam ser sanadas no prazo que vier a ser fixado pelo Pregoeiro.
- 20.26. É proibido a qualquer proponente tentar impedir, perturbar ou fraudar qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se, o autor, às sanções legais e administrativas regulamentadas.
- 20.27. A presente licitação será anulada nos casos de vícios insanáveis, fato que não gera direito à indenização, salvo o dever do(s) CONTRATANTE(S) de pagar ao CONTRATADO o que este houver fornecido até a data em que for declarada a anulação e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não seja imputável a culpa ao CONTRATADO, promovendo-se a apuração da responsabilidade de quem lhe deu causa. Estará também sempre ressalvado ao(s) CONTRATANTE(S), o direito de revogar esta licitação, por despacho motivado, de que dará ciência às proponentes.
- 20.28. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus ANEXOS, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos.
- 20.29. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016 bem como do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES – RSFB.
- 20.30. O foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, será o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Edital, do processo licitatório ou do contrato respectivo.
- 20.31. É obrigação do licitante acompanhar no site Portal de Compras do Governo Federal todas as fases do certame, bem como manifestar-se via chat, quando solicitado, não podendo posteriormente alegar desconhecimento, uma vez que todas as orientações, solicitações, etc., serão feitas via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal.



BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BANESTES SEGUROS S.A.

BANESTES DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

**BANESTES ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E
CAPITALIZAÇÃO LTDA**

Paulo Cesar Brunelli
Gerente Geral - GEACO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
1. OBJETO

1.1 Contratação de Seguro de Riscos Nomeados de Bens Móveis e Imóveis Próprios e de Terceiros para os imóveis e conteúdo (mobiliário e equipamentos eletrônicos) das unidades do Sistema Financeiro Banestes, conforme endereços de risco do Anexo I.1 - Relação de Endereços Segurados.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 Local de Entrega ou da Execução do Objeto	Não se aplica.
2.2 Prazo de Execução do Objeto	60 meses.
2.3 Recebimento do Objeto	Emissão da Apólice em até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato, com vigência a contar de 23/04/2022.
2.4 Vigência do Contrato	12 (doze) meses, a partir de 23/04/2022. Possibilidade de prorrogação: <input checked="" type="checkbox"/> Sim – endosso a cada 12 (doze) meses até o máximo de 60 (sessenta) meses.
2.5 Vistoria prévia	<input checked="" type="checkbox"/> Não
2.6 Marca ou modelo	Não se aplica.
2.7 Avaliação de Amostra/protótipo	<input checked="" type="checkbox"/> Não
2.8 Nível Mínimo de Serviço ou Service Level Agreement (SLA)	<input checked="" type="checkbox"/> Não
2.9 Certificações	Qualidade do produto: <input checked="" type="checkbox"/> Não Processo de fabricação: <input checked="" type="checkbox"/> Não
2.10 Garantia contratual para execução do objeto	<input checked="" type="checkbox"/> Não
2.11 Condições especiais quanto à periodicidade e à forma para a empresa do SFB realizar o pagamento	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. O pagamento será realizado em única parcela, referente ao prêmio, após a aceitação do pedido de emissão da apólice. O prêmio líquido será NET, acrescido apenas do custo da apólice mais o IOF correspondente.
2.12 Prazo de Garantia Técnica	Não se aplica
2.13 Manual/Folder/Prospecto	<input checked="" type="checkbox"/> Não
2.14 GEOBRAS	Não se aplica.
2.15 Risco Cibernético	O objeto está enquadrado no critérios e deve atender aos requisitos estabelecidos pelo Banestes para a conformidade com a Resolução 4.658 do BACEN. (risco cibernético) <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
2.16 LGPD	O objeto envolve a coleta e/ou tratamento de dados pessoais. <input checked="" type="checkbox"/> Sim – Conforme Minuta de Contrato – Anexo II.

2.17 Outras informações
2.17.1 LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO


- Incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza – R\$ 32.000.000,00, com franquia de POS de 10%, limitada ao máximo de R\$ 32.000,00;
- Danos Elétricos – R\$ 1.500.000,00, com franquia de POS 10%, c/ máximo de R\$ 15.000,00;
- Impacto de veículos terrestres – R\$ 20.000,00, com franquia de POS 10% c/ máximo de R\$ 2.000,00;
- Perda de pagamento aluguel a terceiros decorrente de cobertura básica – R\$ 15.000,00 com franquia de POS 10% c/ máximo de R\$ 1.500,00;
- Responsabilidade Civil – R\$ 1.000.000,00 com franquia de POS 10% c/ máximo de R\$ 10.000,00;
- Alagamento interno e externo – R\$ 1.000.000,00 com franquia de 10% c/ máximo de R\$ 10.000,00.
- Cobertura de Recomposição de Documentos – R\$ 50.000,00, com franquia de 10% c/ máximo de R\$ 5.000,00.

2.17.2. O prazo máximo de indenização em caso de sinistro, não poderá ser superior a 30 dias corridos da entrega da documentação;

2.17.3. VALOR EM RISCO

R\$ 303.541.708,23 (trezentos e três milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e oito reais e vinte e três centavos);

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conforme ANEXO II - Minuta Contratual.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Conforme ANEXO II - Minuta Contratual.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Solicita-se nova contratação como prevenção das possíveis perdas que poderia sofrer o Patrimônio Imobiliário do SFB, face à diversidade de riscos existentes.

Em linhas muito gerais, seguro, seja obrigatório ou contratual, é a relação jurídica por meio da qual há transferência de um prejuízo potencial, decorrente de um risco (evento danoso em potencial, ou seja, em evento futuro e incerto causador de prejuízo), do segurado à seguradora, mediante pagamento em dinheiro (prêmio). Na ocorrência efetiva do evento danoso contratualmente previsto (sinistro) é devido ao segurado, por parte da seguradora, o pagamento de uma indenização, correspondente ao prejuízo.

O Seguro de Riscos Nomeados destina-se a grandes empresas que precisam de um seguro feito sob medida, com base na análise dos riscos a que estão expostas e, a partir da qual, são nomeadas as coberturas que necessitam de serem seguradas.

Trata-se, enfim, de uma forma de garantir a indenização por perdas ocorridas, em caso de incêndio, raio, explosão, danos elétricos, impacto de veículos, alagamento interno e externo tornando-se, portanto, imprescindível ao Banco a contratação proposta.

6. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO

6.1 Bem ou serviço comum	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
6.2 Procedimento de licitação	<input checked="" type="checkbox"/> Licitação Banestes pelo rito da modalidade pregão
6.3 Forma de licitação	<input checked="" type="checkbox"/> Eletrônica
6.4 Inversão de fases	<input checked="" type="checkbox"/> Não
6.5 Critério de julgamento	<input checked="" type="checkbox"/> I. Menor Preço



6.6 Regime de execução	<input checked="" type="checkbox"/> II. Empreitada por Preço Global
6.7 Obras e Serviços de Engenharia - Documentos	Não se aplica
6.8 Tratamento diferenciado e simplificado para ME, EPP e MEI ou equiparadas	<p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p> <p>A divisão do objeto comprometerá o conjunto a ser adquirido pelo SFB, o qual deverá conter as mesmas características e especificações técnicas, sendo que a diferença entre os itens distribuídos não é desejável e nem benéfico à padronização necessária.</p> <p>Além disso, considerando os artigos 24 e 25 do Decreto-Lei 73/66, bem como a definição do Banco Central do Brasil, as empresas de seguros que operam no Brasil devem ser constituídas sob a forma de Sociedades Anônimas ou Cooperativas.</p>
6.9 Participação de empresas em consórcio	<p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p> <p>As empresas prestadoras deste tipo de serviço são detentoras de toda a infraestrutura necessária à execução do mesmo, não exigindo, portanto, aglutinação de competências. Existe, também, um mercado competitivo para fornecimento deste tipo de serviço, haja vista as várias reduções no custo do mesmo ao longo dos anos.</p> <p>Assim, não haverá permissão de participação de empresas em consórcio, a fim de se evitarem efeitos danosos à concorrência do certame, na medida em que empresas associadas deixariam de competir entre si, diminuindo a possibilidade de obtermos melhor preço final.</p>
6.10 Subcontratação do objeto	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
6.11 Sigilo do valor estimado da contratação	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
6.12 Documentos de habilitação	Conforme Edital.
6.13 Registro de Preços	Não se Aplica

7. DEFINIÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO, conforme estabelecido no art. 34 da Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro BANESTES – RSFB.

8. PROJETO VINCULADO

Não há projeto vinculado.

9. CONTINUIDADE

Não se aplica.

10. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

Não se aplica.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O fornecedor deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei nº 13.303/2016, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política



Nacional de Resíduos Sólidos;

Quando for o caso de equipamentos estes serão fornecidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental;

Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na prestação dos serviços.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Gestor: Paulo Cesar Brunelli – GEACO – Mat.: 03-004941-5

Fiscal: Marilza Candido Ribeiro – GEACO/COCAP – Mat.: 03-005381-1



RELAÇÃO DE ENDEREÇOS SEGURADOS

BANESTES - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS SEGURADOS - SEGURO INCÊNDIO RISCOS NOMEADOS/2022						
DESCRIÇÃO DO RISCO	ITEM	ENDEREÇO DO RISCO	IMOVEIS	MOBILIÁRIO	EQUIP. ELETRÔNICOS	VLR TOTAL DO ENDEREÇO
AGÊNCIAS						
AFONSO CLAUDIO - AGÊNCIA	1	Rua Marechal Deodoro, 68, Centro, Afonso Cláudio-ES, CEP 29600-000	1.239.484,29	87.348,19	235.648,64	1.562.481,12
AGUA DOCE DO NORTE – AGÊNCIA	2	Avenida Sebastião Coelho de Souza, 549, Centro, Agua Doce do Norte, CEP 29820-000	679.333,85	82.915,14	160.160,84	922.409,83
ÁGUIA BRANCA - AGÊNCIA	3	Avenida João Quiuqui, 385, Centro, Águia Branca, CEP 29795-000	703.129,86	70.968,46	156.190,04	930.288,36
ALEGRE - AGÊNCIA	4	Rua Francisco Teixeira, 03, Centro, Alegre-ES, CEP 29500-000	1.126.954,45	162.379,93	210.515,90	1.499.850,28
ALFREDO CHAVES - AGÊNCIA	5	Avenida Getúlio Vargas, 785, Centro, Alfredo Chaves-ES, CEP 29240-000	845.993,06	76.824,62	209.960,30	1.132.777,98
ALTO RIO NOVO - AGÊNCIA	6	Avenida João Felipe, 247, Centro, Alto Rio Novo, CEP 29760-000	750.809,04	62.942,84	195.231,48	1.008.983,36
ANCHIETA - AGÊNCIA	7	Avenida Carlos Lindenberg, 445, Anchieta-ES, CEP 29230-000	981.476,31	135.950,95	474.166,11	1.591.593,37
APIACÁ - AGÊNCIA	8	Avenida Jerônimo Monteiro, 52, Centro, Apiacá-ES, CEP 29450-970	748.775,19	60.734,26	174.232,17	983.741,62
ARACRUZ - AGÊNCIA	9	Avenida Venâncio Flores, 1239, Centro, Aracruz-ES CEP 29190-000	1.191.892,27	86.855,99	479.256,79	1.758.005,05
ATÍLIO VIVACQUA - AGÊNCIA	10	Avenida Carolina Fraga, 30, Centro, Atílio Vivacqua-ES, CEP 29490-000	740.320,20	85.579,36	197.539,51	1.023.439,07
BAIXO GUANDÚ - AGÊNCIA	11	Avenida Carlos Medeiros, 284, Centro, Baixo Guandú-ES, CEP 29730-000	1.334.610,20	155.416,94	280.354,12	1.770.381,26
BARRA DE SÃO FRANCISCO - AGÊNCIA	12	Avenida Jones dos Santos Neves, 387, Centro, Barra de São Francisco-ES, CEP 29800-000	1.437.522,84	112.275,02	293.007,57	1.842.805,43



BARRA DO RIACHO-AGENCIA	13	Rua Franklin Cordeiro, n.º 100, Loja 03 e 04, Barra do Riacho, Coqueiral, Araujo-ES, CEP 29197-655	947.133,35	88.575,42	150.398,68	1.186.107,45
BELA AURORA - AGÊNCIA	14	Rua Jardim América, nº 169, Bela Aurora, Cariacica- ES, CEP 29141-514	440.182,53	36.217,69	252.489,15	728.889,37
BENTO FERREIRA - AGÊNCIA	15	Avenida Joubert de Barros, nº 68, Bento Ferreira, Vitória - ES, CEP 29050-720	953.932,21	145.518,85	576.076,55	1.675.527,61
BERNARDO HORTA - AGÊNCIA	16	Rua Bernardo Horta, 243 - Guandú - Cachoeiro de Itapemirim-ES, CEP 29300-280	2.212.767,10	158.090,98	613.600,74	2.984.458,82
BNH - AGENCIA	17	Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, Nº191, Bairro Marbrasa, Cachoeiro do Itapemirim-ES, CEP 29313-656	1.060.505,78	49.260,19	346.692,27	1.456.458,24
BOA ESPERANÇA - AGÊNCIA	18	Avenida Senador Eurico Resende, 802, Centro, Boa Esperança-ES, CEP 29845-000	785.500,65	43.322,05	211.030,71	1.039.853,41
BOA VISTA - AGÊNCIA	19	Avenida João XXIII, 1790, ED. Colodetti, loja 01, Boa Vista, São Mateus - ES, CEP 29930-000	1.045.774,92	76.828,67	186.085,78	1.308.689,37
BOM JESUS DO NORTE - AGÊNCIA	20	Rua Major Bley, 141, Centro, Bom Jesus do Norte-ES, CEP 29460-000	755.486,88	66.570,59	224.366,25	1.046.423,72
BRAÇO DO RIO - AGÊNCIA	21	Avenida Valderedo Farias, 671, Aloísio Feu Smiderle, Braço do Rio, Conceição da Barra, ES CEP 29967-000	887.686,92	74.910,82	217.847,15	1.180.444,89
BREJETUBA - AGÊNCIA	22	Avenida Firmino Teixeira Griffo, 10, Centro, Brejetuba-ES, CEP 29630-000	325.095,87	28.158,65	155.035,48	508.290,00
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - AGÊNCIA	23	Rua 25 de Março, n.º 15, Centro, C. Itapemirim-ES, CEP 29300-100	3.109.461,05	655.632,56	739.866,34	4.504.959,95
CAMPO GRANDE - AGÊNCIA	24	Avenida Expedito Garcia, 73, Campo Grande, Cariacica-ES, CEP 29146-201	2.940.419,33	521.312,64	1.182.121,38	4.643.853,35
CARIACICA - AGÊNCIA	25	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 163, Centro, Cariacica-ES, CEP 29156-005	535.482,78	40.868,74	249.257,61	825.609,13
CASTELO - AGÊNCIA	26	Praça Três Irmãos, 40, Centro, Castelo-ES, CEP 29360-000	1.268.335,85	124.790,93	285.127,27	1.678.254,05



CEASA - AGÊNCIA	27	Rod. BR. 262, Km 6,5, Vila Capixaba, Cariacica-ES, CEP 29145-906	1.059.343,58	168.812,38	305.036,65	1.533.192,61
CENTRAL - AGÊNCIA	28	Praça Oito de Setembro, 16, loja 1, Vitória-ES, CEP 29010-600	3.811.341,54	332.452,01	742.763,07	4.886.556,62
COBILÂNDIA - AGÊNCIA	29	Avenida Carlos Lindemberg, 6066, Ed. Helena Leite, Cobilândia, Vila Velha-ES, CEP 29111-165	901.429,91	108.294,88	312.644,41	1.322.369,20
COLATINA - AGÊNCIA	30	Avenida Getúlio Vargas, 366, Centro, Colatina-ES, CEP 29700-010.	1.940.086,36	268.616,57	766.361,00	2.975.063,93
CONCEIÇÃO DA BARRA - AGÊNCIA	31	Avenida Jones dos Santos Neves, 88, Centro, Conceição da Barra-ES, CEP 29960-000	958.900,61	68.484,93	151.602,14	1.178.987,68
CONCEIÇÃO DO CASTELO - AGÊNCIA	32	Avenida José Grillo, 659, Centro, Conceição do Castelo-ES, CEP 29370-000	503.173,67	35.550,39	207.419,29	746.143,35
COQUEIRAL - AGÊNCIA	33	Praça dos Flamboyants, 80 - Lj.308, Bl. III, Coqueiral, Aracruz-ES, CEP 29195-000	963.171,69	47.391,93	169.621,25	1.180.184,87
DIVINO SÃO LOURENÇO – AGÊNCIA	34	Rua Maria Gomes de Aguiar, s/nº, Centro, Divino São Lourenço-ES, CEP 29590-000	648.593,71	30.377,84	118.471,55	797.443,10
DOMINGOS MARTINS - AGÊNCIA	35	Avenida Presidente Vargas, 635, Centro, Domingos Martins-ES, CEP 29260-000	1.200.434,43	45.426,64	198.519,02	1.444.380,09
DORES DO RIO PRETO – AGÊNCIA	36	Rua Alfredo Gualandi da Silva, s/nº, Dorés do Rio Preto-ES, CEP 29580-000	349.821,63	30.885,37	120.261,13	500.968,13
ECOPORANGA - AGÊNCIA	37	Praça João Corsino de Freitas, 50, Centro, Ecoporanga-ES, CEP 29850-000	1.030.288,63	68.260,09	189.964,28	1.288.513,00
EMPRESARIAL CAMPO GRANDE - AGÊNCIA	38	Rod BR 262 Km 4,5 s/n Esquina com Rua Carlos Lindemberg, Campo Grande, Cariacica, CEP 29146-341	3.312.351,78	188.487,59	144.004,05	3.644.843,42
EMPRESARIAL CIVIT - AGÊNCIA	39	Avenida Eudes Scherrer de Souza, 660, Serra-ES CEP 29160-060	1.695.617,99	207.359,48	269.522,83	2.172.500,30



EMPRESARIAL SÃO PAULO - AGÊNCIA	40	Rua Frei Caneca, 1380, Ed. Cristal Tower, Conj.31/E, Consolação, São Paulo-SP, CEP 01307-002	693.774,16	118.964,87	89.241,79	901.980,82
ESPLANADA - AGÊNCIA	41	Avenida Princesa Isabel, 574, loja A, BL.B, Centro, Vitória-ES, CEP 29010-360	1.033.746,17	134.977,79	304.250,00	1.472.973,96
FEU ROSA – AGÊNCIA	42	Rua dos Cravos, 51, Esquina com a Rua das Rosas, Feu Rosa, Serra-ES, CEP 29172-105	908.693,65	71.593,85	300.910,10	1.281.197,60
FUNDÃO - AGÊNCIA	43	Rua São José, 73, Centro, Fundão-ES, CEP 29185-000	504.103,43	41.775,65	208.077,48	753.956,56
GLÓRIA - AGÊNCIA	44	Rua Santa Terezinha, 482, Glória, Vila Velha-ES, CEP 29106-570	1.655.725,54	227.965,00	510.416,94	2.394.107,48
GOIABEIRAS - AGÊNCIA	45	Avenida Fernando Ferrari, 2213, Goiabeiras, Vitória-ES, CEP 29075-051	1.077.154,27	100.106,64	358.208,71	1.535.469,62
GOVERNADOR LINDENBERG - AGÊNCIA	46	Avenida São José, n.º 362, Centro, Governador Lindenberg, CEP 29720-000	671.808,62	67.160,40	175.075,69	914.044,71
GRACIANO NEVES - AGÊNCIA	47	Rua Graciano Neves, 99, Centro, Loja 07, Centro, Vitória-ES, CEP 29015-330	1.671.851,04	0,00	0,00	1.671.851,04
GUAÇUI - AGÊNCIA	48	Rua Demerval do Amaral, 111, Centro, Guaçu-ES, CEP 29560-000	1.075.178,53	97.533,90	209.488,55	1.382.200,98
GUARANÁ - AGÊNCIA	49	Avenida Gabriel Pandolfi, 253, Distrito de Guaraná, Aracruz-ES, CEP 29195-409	294.007,07	31.955,51	91.800,46	417.763,04
GUARAPARI - AGÊNCIA	50	Rua Joaquim da Silva Lima, 209, Centro, Guarapari-ES, CEP 29200-260	1.867.942,92	252.968,41	483.352,81	2.604.264,14
GURIRI - AGÊNCIA	51	Rua Othovarino Duarte Santos, 192, Norte, Guriri - São Mateus - ES, CEP 29942-485	819.494,94	71.234,27	145.319,36	1.036.048,57
IBATIBA - AGÊNCIA	52	Avenida Mário Andreazza, 480, Centro, 1º e 2º pavimentos, Ibatiba-ES, CEP 29395-000	940.421,66	101.850,61	209.830,30	1.252.102,57
IBES - AGÊNCIA	53	Avenida Nossa Senhora da Penha, 112, Ibes, Vila Velha-ES, CEP 29108-330	742.470,26	143.566,09	406.819,83	1.292.856,18
IBIRAÇU - AGÊNCIA	54	Avenida Conde D'Eu, 541, Centro, Ibiraçu-ES, CEP 29670-000	1.086.422,80	97.326,00	196.271,98	1.380.020,78



IBITIRAMA - AGÊNCIA	55	Praça João Ogioni Sobrinho, 34, Centro, Ibitirama-ES, CEP 29540-000	401.452,28	35.939,41	173.917,28	611.308,97
ICONHA - AGÊNCIA	56	Avenida Coronel Antônio Duarte, 295, Centro, Iconha-ES, CEP 29280-000	1.101.298,93	110.214,32	263.269,61	1.474.782,86
IRUPI - AGÊNCIA	57	Rua Vereador Jeremias de Castro Souza, 43, Irupi-ES, CEP 29398-000	437.509,48	61.921,95	162.545,81	661.977,24
ITACIBÁ - AGÊNCIA	58	Rua Manoel Joaquim dos Santos, 43, Itacibá, Cariacica-ES, CEP 29150-270	1.323.249,72	308.440,84	769.315,33	2.401.005,89
ITAGUAÇU - AGÊNCIA	59	Rua Manoel Francisco Soares, 407, Centro, Itaguaçu-ES, CEP 29690-000	710.887,53	68.006,03	216.063,85	994.957,41
ITAOCA - AGÊNCIA	60	Travessa Pedro Moreira, nº02, Itaoca Pedra, Distrito de Cachoeiro de Itapemirim, ES, CEP 29325-000	411.592,46	19.490,40	142.117,05	573.199,91
ITAPARICA - AGÊNCIA	61	Avenida Santa Leopoldina, 840, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha-ES, CEP 29102-040	1.252.820,51	344.253,38	617.019,16	2.214.093,05
ITAPEMIRIM - AGÊNCIA	62	Rua Bernardino Monteiro, 95, Centro, Itapemirim-ES, CEP 29330-000	902.156,28	159.921,03	426.488,59	1.488.565,90
ITAPOÃ - AGÊNCIA	63	Avenida Waldemar Verçosa Pitanga, 15, Itapoã, Vila Velha-ES, CEP 29101-500	1.657.294,51	105.969,30	557.784,06	2.321.047,87
ITARANA - AGÊNCIA	64	Praça Ana Mattos, n 200º, Centro, Itarana, CEP 29620-000	838.235,39	71.714,02	196.687,67	1.106.637,08
IÚNA - AGÊNCIA	65	Avenida Presidente Getúlio Vargas, 216, Centro, Iúna-ES, CEP 29390-000	999.345,10	99.352,63	214.347,24	1.313.044,97
JACARAÍPE - AGÊNCIA	66	Avenida Abido Saadi, 773, Esquina com Rua João Pessoa, Loja 2, Jacaraípe, Serra-ES, CEP 29175-585	930.484,86	128.815,19	355.533,84	1.414.833,89
JACUPEMBA - AGÊNCIA	67	Avenida Luiz Rossato, s/nº, Jacupemba, Aracruz-ES, CEP 29196-085	697.318,87	54.978,17	124.685,44	876.982,48
JAGUARÉ - AGÊNCIA	68	Avenida 9 de Agosto, 2365, Centro, Jaguaré-ES, CEP 29950-000	840.269,23	94.307,35	268.004,82	1.202.581,40
JARDIM AMÉRICA - AGÊNCIA	69	Rua Paraguai, 54, Jardim América, Cariacica-ES, CEP 29140-190	2.007.726,29	104.959,75	509.859,55	2.622.545,59



JARDIM CAMBURI - AGÊNCIA	70	Rua Italina Pereira Motta, 280, Jd. Camburi, Vitória-ES, CEP 29090-370	1.410.153,08	228.474,73	485.279,95	2.123.907,76
JARDIM DA PENHA - AGÊNCIA	71	Avenida Francisco Generoso da Fonseca, 861, Jardim da Penha, Vitória-ES, CEP 29060-140	1.449.609,71	187.599,10	584.600,71	2.221.809,52
JARDIM LIMOEIRO - AGÊNCIA	72	Rua Antonio Caron, s/nº - Loteamento Planalto, Jardim Limoeiro, Serra-ES, CEP 29164-001	1.919.747,90	186.790,99	583.411,24	2.689.950,13
JERÔNIMO MONTEIRO - AGÊNCIA	73	Rua Dr. José Farah, 270, Centro, Jerônimo Monteiro-ES, CEP 29550-000	1.023.402,60	53.223,52	268.256,47	1.344.882,59
JOÃO NEIVA - AGÊNCIA	74	Avenida Presidente Vargas, 223, João Neiva-ES, CEP 29680-000	885.013,86	78.472,51	246.583,19	1.210.069,56
JUCUTUQUARA - AGÊNCIA	75	Avenida Vitória, 2153 - Nazareth, Vitória-ES, CEP 29041-230	2.215.440,15	122.357,23	594.624,83	2.932.422,21
JUPARANÁ - AGÊNCIA	76	Avenida Prefeito Samuel Batista Cruz, nº 3137, Br 101, Bairro N.Sª da Conceição, Linhares-ES, CEP 29900-515	837.567,12	58.631,78	269.094,93	1.165.293,83
LARANJA DA TERRA - AGÊNCIA	77	Avenida Carlos Stabenow, 448, Centro, Laranja da Terra-ES, CEP 29615-000	361.443,61	45.065,73	216.091,82	622.601,16
LARANJEIRAS - AGENCIA	78	Avenida Central - 440 - Parque Residencial Laranjeiras, Serra-ES, CEP 29165-130	1.445.425,79	220.774,74	711.984,22	2.378.184,75
LINHARES - AGÊNCIA	79	Avenida Governador Lindenberg, 493, Centro, Linhares-ES, CEP 29900-020	2.593.299,81	294.338,66	848.643,58	3.736.282,05
MANTENÓPOLIS - AGÊNCIA	80	Praça Alexandrino Ribeiro, 36, Centro, Mantenópolis-ES, CEP 29770-000	435.824,29	31.303,25	181.436,81	648.564,35
MARATAIZES - AGÊNCIA	81	Avenida Rubens Rangel, 148, Ilmenita, Marataizes-ES, CEP 29345-000	1.299.046,94	152.285,82	434.577,53	1.885.910,29
MARECHAL FLORIANO - AGÊNCIA	82	Rua Waldemar Mees, nº 67, Centro, Marechal Floriano-ES, CEP 29255-000	631.393,18	77.054,23	295.520,23	1.003.967,64
MARILÂNDIA - AGÊNCIA	83	Avenida Dom Bosco, 421, Centro, Marilândia-ES, CEP 29725-000	699.149,33	79.397,12	186.979,32	965.525,77
MARUÍPE - AGÊNCIA	84	Avenida Maruípe, 1135, Maruípe, Vitória-ES, CEP 29043-213	876.994,70	89.599,65	424.865,01	1.391.459,36



MIMOSO DO SUL - AGÊNCIA	85	Praça Cel. Paiva Gonçalves, 80, Centro, Mimoso do Sul-ES, CEP 29400-000	1.033.252,23	94.613,03	175.209,29	1.303.074,55
MONTANHA - AGÊNCIA	86	Praça Oswaldo Lopes, 196, Centro, Montanha-ES, CEP 29890-000	656.700,04	47.652,93	189.720,44	894.073,41
MOSCOSO - AGÊNCIA	87	Avenida República, nºs 116 e 120, Parque Moscoso, Vitória - ES, CEP 29020-620	2.200.999,84	140.898,50	435.347,61	2.777.245,95
MUCURICI - AGÊNCIA	88	Praça Dr. Verdeval Ferreira da Silva, s/nº, Centro, Mucurici-ES, CEP 29880-000	455.814,10	36.362,65	124.205,13	616.381,88
MUNIZ FREIRE - AGÊNCIA	89	Rua Pedro Deps, 34, Centro, Muniz Freire-ES, CEP 29380-000	705.919,13	49.209,49	212.108,33	967.236,95
MUQUI - AGÊNCIA	90	Rua Vieira Machado, 161, Centro, Muqui-ES, CEP 29480-000	817.344,88	65.472,32	164.653,51	1.047.470,71
MUQUIÇABA - AGÊNCIA	91	Avenida Ewerson de Abreu Sodré, 1081, Ed. Com. Bella Città, Muquiçaba, Guarapari-ES, CEP 29215-010	1.078.490,79	159.313,27	425.084,82	1.662.888,88
NOVA ALMEIDA - AGÊNCIA	92	Avenida Capitão Bley, 987, N. Almeida, Serra-ES, CEP 29182-015	726.373,82	64.362,84	208.908,64	999.645,30
NOVA VENÉCIA - AGÊNCIA	93	Rua Eurico Salles, 353, Centro, N. Venécia-ES, CEP 29830-000	1.243.290,49	94.482,86	320.173,90	1.657.947,25
PANCAS - AGÊNCIA	94	Avenida 13 de Maio, 573, Centro, Pancas-ES, CEP 29750-000	1.042.811,31	101.425,69	182.446,32	1.326.683,32
PEDRA AZUL - AGENCIA	95	Avenida Módulo, s/nº, lote 130, Pedra Azul, Aracê, Domingos Martins-ES, CEP 29278-000	450.351,77	66.244,14	178.803,92	695.399,83
PEDRO CANÁRIO - AGÊNCIA	96	Avenida José Jesuíno da Rocha, 931, Centro, Pedro Canário-ES, CEP 29970-000	1.409.397,65	108.704,90	211.823,53	1.729.926,08
PINHEIROS - AGÊNCIA	97	Praça Governador Lacerda de Aguiar, s/nº, Centro, Pinheiro-ES, CEP 29980-000	1.089.560,73	49.898,60	212.015,19	1.351.474,52
PIÚMA - AGÊNCIA	98	Avenida Izaias Scherrer, 14, Centro, Piuma-ES, CEP 29285-000	916.102,66	106.082,00	249.470,45	1.271.655,11



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0122022

PLANALTO CARAPINA - AGÊNCIA	99	Avenida Presidente Castelo Branco, 1422, Rosário de Fátima, Serra-ES, CEP 29161-160	1.167.921,94	107.872,81	499.273,03	1.775.067,78
PONTO BELO - AGÊNCIA	100	Avenida Sebastião Rabelo, 152, Centro, Ponto Belo-ES, CEP 29885-000	853.750,73	68.689,47	160.778,98	1.083.219,18
PORTO CANOA - AGÊNCIA	101	Avenida Brasília, nº 580, Porto Canoa, Serra-ES, CEP 29168-600	721.812,19	85.446,30	418.222,86	1.225.481,35
PRAIA DO CANTO - AGÊNCIA	102	Rua João da Cruz, 42, Ljs 4 a 8, Praia do Canto, Vitória-ES, CEP 29055-620	1.941.481,00	258.144,42	333.980,36	2.533.605,78
PRAIA DO SUÁ - AGÊNCIA	103	Rua Padre Antônio Ribeiro Pinto, nº 38, Loja 05, Térreo, Praia do Suá, Vitória-ES, CEP 29052-290	1.064.282,92	184.233,31	483.084,16	1.731.600,39
PRESIDENTE KENNEDY - AGÊNCIA	104	Rua Atilio Vivacqua, 57, Centro, Presidente Kennedy-ES, CEP 29350-000	730.034,74	43.785,55	200.037,93	973.858,22
RETA DA PENHA - AGÊNCIA	105	Avenida N. Sra da Penha, 1151, Loja térrea, Santa Lúcia, Vitória-ES, CEP 29055-131	2.186.123,70	355.022,70	619.199,64	3.160.346,04
RIO BANANAL - AGÊNCIA	106	Rua 14 de Setembro, 1900, Santo Antonio, Rio Bananal-ES, CEP 29920-000	636.971,73	56.271,65	132.290,06	825.533,44
RIO NOVO DO SUL - AGÊNCIA	107	Rua Muniz Freire, 05, Rio Novo do Sul-ES - 29290-000	1.024.303,31	90.121,14	172.853,24	1.287.277,69
SANTA LEOPOLDINA - AGÊNCIA	108	Rua Pres. Vargas, 1600, Centro, Santa Leopoldina-ES, CEP 29640-000	596.759,68	60.326,41	156.955,48	814.041,57
SANTA MARIA JETIBÁ - AGÊNCIA	109	Rua Francisco Schwartz, s/nº, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES, CEP 29645-000	717.453,95	64.538,78	236.036,48	1.018.029,21
SANTA TERESA - AGÊNCIA	110	Avenida Getúlio Vargas, 146, Centro, Santa Teresa-ES, CEP 29650-000	721.725,03	90.608,50	297.260,57	1.109.594,10
SANTO ANTONIO - AGÊNCIA	111	Rua Ernesto Bassini 335, Esq. Rua Jacy Gomes, Santa Tereza, Vitória-ES, CEP 29026-841	691.072,05	55.885,66	169.232,18	916.189,89
SÃO DOMINGOS DO NORTE - AGÊNCIA	112	Avenida Honório Fraga, 259, Centro, São Domingos do Norte-ES, CEP 29745-000	460.811,55	46.682,97	158.879,54	666.374,06



SÃO GABRIEL DA PALHA - AGÊNCIA	113	Praça Antônio Augusto de Genelhu, nº 122, Centro, São Gabriel da Palha-ES, CEP 29780-000	1.030.753,51	100.526,38	225.745,50	1.357.025,39
SÃO JOSÉ DO CALÇADO - AGÊNCIA	114	Praça Teófilo Lobo, 72, Centro, São José do Calçado-ES, CEP 29470-000	882.457,03	48.584,35	131.514,84	1.062.556,22
SÃO MATEUS - AGÊNCIA	115	Avenida Jones Santos Neves, 47, Centro, São Mateus-ES, CEP 29930-015	2.278.954,28	167.222,65	605.173,22	3.051.350,15
SÃO PEDRO - AGÊNCIA	116	Rodovia Serafim Derenzi, 4570, Loja 03, Bairro São José, Vitória-ES, CEP 29031-800	258.007,98	37.080,66	189.015,38	484.104,02
SÃO ROQUE DO CANAÃ - AGÊNCIA	117	Rua Lourenço Roldi, 75, São Roquinho, São Roque do Canaã-ES, CEP 29665-000	766.934,53	58.702,33	193.970,06	1.019.606,92
SÃO SILVANO - AGÊNCIA	118	Avenida Silvio Avidos, 1335, São Silvano, Colatina-ES, CEP 29703-100	2.066.155,80	195.053,80	305.605,12	2.566.814,72
SÃO TORQUATO - AGÊNCIA	119	Avenida Graça Aranha, 225, São Torquato, Vila Velha-ES, CEP 29114-973	1.882.237,95	78.281,57	214.876,21	2.175.395,73
SERRA - AGÊNCIA	120	Rua Rômulo Castelo nº 48, Centro, Serra-ES, CEP 29176-080	1.736.323,98	199.337,88	683.958,49	2.619.620,35
SHOPPING VILA VELHA - AGÊNCIA	121	Rua Luciano das Neves, 2418, Térreo, LOJAS 08, 09, 10 E 11 - Bairro Divino Espírito Santo, Vila Velha- ES CEP 29107-900	812.289,32	93.336,11	107.655,28	1.013.280,71
SOORETAMA - AGÊNCIA	122	Avenida Vista Alegre, nº 288, Centro, Sooretama-ES, CEP 29927-000	682.181,24	92.701,09	225.662,11	1.000.544,44
TERRA VERMELHA - AGÊNCIA	123	Avenida Afonso Cláudio. N.º 16, Terra Vermelha, Vila Velha-ES, CEP 29127-210	534.146,25	42.532,82	250.478,41	827.157,48
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - AGÊNCIA	124	Rua Des Homero Mafra, 60, Lt 2 RC3-C-Pav Térreo e Subsolo, Enseada do Suá, Vitória-ES, CEP 29050-275	849.944,53	169.498,56	533.672,07	1.553.115,16
VALORES ENSEADA - AGÊNCIA	125	Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 755, Lojas 5,6,7 e 8, Enseada do Suá, Vitória -Es CEP 29050-335	1.060.011,84	259.441,64	230.541,57	1.549.995,05



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0122022

VARGEM ALTA - AGÊNCIA	126	Avenida Nestor Gomes, 248, Centro, Vargem Alta-ES, CEP 29295-000	859.939,44	106.225,09	228.638,40	1.194.802,93
VENDA NOVA DO IMIGRANTE - AGÊNCIA	127	Avenida Evandi Américo Comarella, 155, Centro, Venda Nova do Imigrante-ES, CEP 29375-000	1.354.251,35	60.418,22	201.172,32	1.615.841,89
VIANA – AGÊNCIA	128	Rua Governador Rubin, 85, Centro, Viana-ES, CEP 29135-000	479.668,22	125.522,60	480.068,37	1.085.259,19
VILA PAVÃO - AGÊNCIA	129	Rua Quinze de Novembro, nº 242, Centro - Vila Pavão-ES, CEP 29843-000	683.575,87	84.752,83	154.046,08	922.374,78
VILA VALÉRIO - AGÊNCIA	130	Rua Dr. Valério, s/nº, Centro, Vila Valério-ES, CEP 29785-000	467.930,01	36.246,77	153.725,75	657.902,53
VILA VELHA - AGÊNCIA	131	Avenida Champagnat, 747, Centro, Vila Velha-ES, CEP 29100-012	4.724.248,16	412.342,74	956.947,19	6.093.538,09
TOTAIS			145.811.496,13	15.243.443,38	40.571.624,60	201.626.564,11

BANESTES – POSTOS DE ATENDIMENTO - PA - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS SEGURADOS - SEGURO INCÊNDIO RISCOS NOMEADOS/2022						
DESCRIÇÃO DO RISCO	ITEM	ENDEREÇO DO RISCO	V R PRÉDIO	V R MÓVEIS UTENSÍLIOS	V R EQUIP. ELETRÔNICOS	V R TOTAL do ENDEREÇO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - PA	132	Avenida Benevenuto Zorzanelli, 654, Distr. Bebedouro, Linhares, ES CEP 29915-117	258.124,20	41.548,75	133.604,95	433.277,90
BEBEDOURO - PA	133	Praça 8 de Setembro, nº 16, Loja 01, Seg. Piso, Centro, Vitória - ES CEP 29010-600	895.502,70	58.663,22	57.981,64	1.012.147,56
DIGITAL - PA	134	Av. N. Sra dos Navegantes, 495, Loja 08-A, Enseada do Suá, Vitória, ES – CEP 29050-335	223.287,31	22.420,82	38.829,28	284.537,41
ENSEADA - PA	135	Avenida Monte Castelo, s/nº, Independência, C. Itapemirim-ES, CEP 29306-500	127.841,79	230.541,57	259.441,64	617.825,00
FORUM CACHOEIRO DE ITAPEMIIRIM - PA	136	Rua Dr. Annor da Silva s/nº Boa Vista II, Vila Velha, ES, CEP 29107-355	54.390,87	4.571,39	18.316,24	77.278,50

FORUM CIVEL DE VILA VELHA - PA	137	Rua João Batista, s/nº , Praça dos Três Poderes, Trevo de Alto Laje, Cariacica-ES, CEP 29140-110	385.995,05	55.457,54	157.097,56	598.550,15
FORUM DE CARIACICA - PA	138	Rua Pedro Palácios, 105, Palácio da Justiça, Centro, Vitória-ES, CEP 29015-160	151.754,02	30.591,74	54.326,75	236.672,51
FORUM DE VITÓRIA - PA	139	Avenida Joubert de Barros, 555, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP 29050-720	81.121,43	24.761,92	83.378,94	189.262,29
HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO ES - PA	140	Avenida Itapemirim,s/nº, Esquina com Rua dos Pescadores, Itaipava, Itapemirim-ES - CEP 29338-000	203.384,67	12.342,67	135.494,74	351.222,08
ITAIPAVA - PA	141	Avenida Espírito Santo, nº 58, Marcílio de Noronha, Viana - ES - CEP 29135-508	755.922,71	57.463,38	180.713,56	994.099,65
MARCÍLIO DE NORONHA - PA	142	Rua Procurador Antonio Benedicto Amâncio Pereira, 350,Vitória, ES CEP 29050-265	766.585,87	60.496,40	118.881,09	945.963,36
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO - PA	143	Rodovia do Sol, 2273, Loja 1, Bairro Oliveira, Anchieta - ES - CEP 29230-000	116.888,08	9.410,04	71.480,22	197.778,34
PADRE ANCHIETA - PA	144	Rodovia do Sol, Km 21,5, Vila Res. Samarco, Anchieta-ES, CEP 29230-000	475.949,18	29.170,57	27.776,04	532.895,79
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA - PA	145	Rodovia BR 262, Km 03, s/n, Alto Lage, C. Grande, Cariacica-ES, CEP 29151-900	91.377,83	6.981,23	78.870,62	177.229,68
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA - PA	146	Rua Chafic Murad, 902, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP 29050-901	120.055,06	12.069,04	60.138,76	192.262,86
REDE GAZETA - PA	147	Rua 14 de Julho, esquina c/ 25 de Março, s/nº, Santo Antonio do Canaã, Santa Tereza-ES, CEP 29654-000	182.668,49	11.414,60	86.798,35	280.881,44
SANTO ANTONIO DO CANAÃ - PA	148	Avenida João Batista Parra, 600, Enseada do Suá, Vitória - ES CEP 29050-375	205.592,85	20.758,60	78.630,48	304.981,93
SETOR PUBLICO - PA	149	Rua José de Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória-ES, CEP 29055-221	203.762,38	49.903,80	25.309,53	278.975,71



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0122022

TRIBUNAL DE CONTAS - PA	150	Avenida Benevenuto Zorzanelli,654, Distr. Bebedouro, Linhares, ES CEP 29915-117	371.903,40	23.753,07	134.212,80	529.869,27
TOTAIS			5.672.107,89	762.320,35	1.801.283,19	8.235.711,43

BANESTES – DIREÇÃO GERAL - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS SEGURADOS - SEGURO INCÊNDIO RISCOS NOMEADOS/2022						
DESCRIÇÃO DO RISCO	ITEM	ENDEREÇO DO RISCO	V R PRÉDIO	MOBILIÁRIO	V R EQUIP. ELETRÔNICOS	V R TOTAL do ENDEREÇO
COSUP - ALMOXARIFADO CENTRAL	151	Rua Alfredo Alcure, nº 6, Campo Grande, Cariacica - ES - CEP29146-220	4.289.945,22	1.311.518,72	10.328.673,96	15.930.137,90
BANESTES DTVM - ESCRITÓRIOS	152	Avenida Princesa Isabel, 574, Edifício Palas Center, Bloco "A", 9º Andar, Centro, Vitória - ES CEP 29010-930	600.653,04	136.589,68	100.094,85	837.337,57
EDIFÍCIO PALAS CENTER - BLOCO A - ESCRITÓRIOS	153	Avenida Princesa Isabel, 574, Salas 104, 107 e 108, 601 a 605, 612 a 614, Salões 7º, 8º e 10º andares, Bloco "A", Centro, Vitória - ES CEP 29010-930	8.653.959,58	640.802,91	5.886.935,41	15.181.697,90
EDIFÍCIO PALAS CENTER - BLOCO B - ESCRITÓRIOS	154	Avenida Princesa Isabel, 574, Lojas e Sobrelojas, Salões 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º Andares - Bloco"B" - Centro - Vitória - ES CEP 29010-930	20.132.205,85	2.327.514,35	9.656.859,79	32.116.579,99
BANESTES SEGUROS E BANESTES CORRETORA - ESCRITÓRIOS	155	Rua Cassiano Antônio de Moraes, nº 60, Enseada do Suá, Vitória – ES, CEP 29050-525	15.000.000,00	300.000,00	600.000,00	15.900.000,00
CENTRAL DE ARRECADAÇÃO- ESCRITÓRIOS (Desativado)	156	Rua Duque de Caxias 189, Terreo, Centro - Vitória - ES CEP 29010-120	1.016.923,35	0,00	0,00	1.016.923,35
PRODEST - DATACENTER SERVIDORES	157	Avenida João Batista Parra, 465, Enseada do Súa, Vitória ES - CEP 29052-123	0,00	74.850,84	12.621.905,14	12.696.755,98
TOTAL			49.693.687,04	4.791.276,50	39.194.469,15	93.679.432,69



TOTAL DE ITENS	157
TOTAL DE IMÓVEIS	201.177.291,06
TOTAL DE MOBILIÁRIO	20.797.040,23
TOTAL DE EQUIPAMENTOS	81.567.376,94
TOTAL DO RISCO	303.541.708,23



ANEXO II**MINUTA DE CONTRATO DE SEGURO DE RISCOS NOMEADOS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS PARA OS IMÓVEIS E CONTEÚDO (MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS) DAS UNIDADES DO SFB DE Nº XXXXXX.**

BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital, sito na Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 9º andar, Centro, CEP 29.010-931, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.127.603/0001-78, **BANESTES SEGUROS S.A.**, com sede nesta Capital, na Rua Cassiano Antônio Moraes, n.º 60, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP: 29.050-525, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.053.230/0001-75, **BANESTES DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede nesta Capital, sito na Av. Princesa Isabel, n.º 574, Ed. Palas Center, Bloco "A", 9º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.156.057/0001-01, e **BANESTES ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO LTDA**, com sede nesta Capital, na Rua Cassiano Antônio Moraes, n.º 60, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP: 29.050-525, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 27.034.677/0001-05, daqui por diante denominado simplesmente **CONTRATANTE(S)**, e **EMPRESA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-00 com sede na **endereço** representada neste ato por seu(s) representante(s) legal(is) que ao final assina(m) e se identifica(m), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado o que contém nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro de riscos nomeados de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros para os imóveis e conteúdo (mobiliário e equipamentos eletrônicos) das unidades do SFB, conforme características e condições estabelecidas neste instrumento bem como em seus demais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO

Pela execução dos serviços ora contratados, o(s) CONTRATANTE(S) pagará(ão) à CONTRATADA em única parcela, o valor anual estimado a título de prêmio de seguro R\$ _____ (_____), conforme serviços descritos.

Parágrafo Primeiro: O(s) CONTRATANTE(S) pagará(ão) à CONTRATADA, de acordo com a aceitação da proposta de seguro riscos nomeados, o valor constante na fatura apresentada, em um dos dias: 10; 20 ou 30, do mês imediatamente posterior a entrega da apólice de seguro.

Parágrafo Segundo: Todas as despesas, diretas ou indiretas, de qualquer natureza necessárias para o cumprimento do objeto deste instrumento, tais como deslocamento, transporte, alimentação, hospedagem, salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, entre outros, ficarão a cargo da CONTRATADA não cabendo nenhum acréscimo aos valores definidos em sua proposta comercial. Se for o caso, o(s) CONTRATANTE(S) efetuará(ão) as retenções dos tributos incidentes sobre os pagamentos a serem realizados, conforme determinar a legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: Os pagamentos serão efetuados pelo(s) CONTRATANTE(S), em moeda corrente nacional (real) através de crédito na conta corrente da CONTRATADA, preferencialmente no BANESTES, ou boleto bancário, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente autorizada pela GEACO – Gerência de Aquisição e Contratos.

Parágrafo Quarto: Ocorrendo erro na fatura, a mesma será devolvida à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado obedecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a apresentação da nova fatura devidamente retificada.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA se obriga a emitir a Nota Fiscal/Apólice referente à prestação dos serviços em favor da Unidade BANESTES tomadora dos serviços (matriz) e



em nome das empresas constantes no preâmbulo deste instrumento, devendo constar no documento fiscal o CNPJ e demais dados cadastrais da respectiva unidade. Todas as notas serão entregues preferencialmente por meio digital através dos endereços eletrônicos (cocap@banestes.com.br e marilzaribeiro@banestes.com.br ou na GEACO – Gerência de Aquisição e Contratos, sito na Av. Princesa Isabel, 574, Ed. Palas Center, Bloco "B", 2º andar, Centro, Vitória, ES.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal/Ápólice, os seguintes documentos:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ.);
- II. Prova de regularidade junto ao INSS, que pode ser apresentada através da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e PGFN, com informações da situação do sujeito passivo quanto aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados;
- III. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Parágrafo Oitavo: Constatada pelo(s) CONTRATANTE(S) qualquer irregularidade da Contratada junto aos órgãos fiscalizadores, será dado o prazo de no máximo 30 (trinta) dias corridos para a regularização.

Parágrafo Nono: Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis. Concomitante a rescisão o(s) CONTRATANTE(S) oficiará(ão) ao órgão fiscalizador da irregularidade para as providências legais cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de 22/04/2022, podendo ser prorrogado nos limites estabelecidos pelo art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Primeiro: A prorrogação do Contrato/ Apólice de seguro, se necessária, será precedida de pesquisa de preços a fim de manter os valores da contratação adequados aos praticados comumente no mercado, mantidas as condições vigentes.

Parágrafo Segundo: Durante a vigência da Apólice, poderão ser feitos os endossos necessários, de acordo com as necessidades dos CONTRATANTES.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de prorrogação do contrato, a nova Apólice deverá considerar a pesquisa de preços realizada pelos CONTRATANTES, seus endossos, bem como índice de sinistralidade, bonificações e outros fatores que possam influenciar no valor do prêmio do seguro, sendo atualizada conforme o valor do patrimônio assegurado.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A apólice deve ser entregue em, no máximo, 30 dias corridos a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATANTE(S)

Pela consecução dos objetivos previstos neste contrato, o(s) CONTRATANTE(S), além das obrigações definidas em outras cláusulas do presente instrumento, ou estabelecidas em lei, se obriga(m) a:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- II. Alocar os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados;
- III. Fornecer à CONTRATADA todas as informações que esta necessitar para poder cumprir adequadamente o presente contrato;



- IV. Quando identificado pelo(s) CONTRATANTE(S) a necessidade de realização de serviços dentro de suas dependências, estes deverão fornecer à CONTRATADA condições adequadas para execução dos mesmos;
- V. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços fora do estabelecido e que estejam em desacordo com os requisitos obrigatórios do Termo de Referência, seus ANEXOS e Contrato;
- VI. Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA, conforme o prazo e as condições estabelecidos no presente instrumento;
- VII. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade verificada na execução das atividades;
- VIII. Não utilizar os funcionários da CONTRATADA para execução de outros serviços que não aqueles aqui contratados, da mesma forma, não poderá pagar compensações ou fornecer qualquer outro benefício aos funcionários da CONTRATADA;

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Pela consecução dos objetivos previstos neste contrato, a CONTRATADA, além das obrigações definidas em outras cláusulas do presente instrumento, ou estabelecidas em lei, se obriga a:

- I. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- II. Cumprir as legislações e regulamentações relativas à prevenção e ao combate à corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraude;
- III. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, FGTS, seguro e quaisquer encargos propostos, não existindo entre seus empregados e o(s) CONTRATANTE(S) vínculo de qualquer natureza, haja vista que a CONTRATADA, para todos os fins de direito, é empregadora autônoma;
- IV. Cumprir e manter, durante toda a vigência contratual, padrões elevados de ética, respeitando: a legislação brasileira e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro que tratam de direitos humanos e/ou da responsabilidade socioambiental; os padrões ambientais legalmente estabelecidos; e as exigências legais acerca das responsabilidades trabalhistas e da proibição do trabalho escravo e do trabalho infantil;
- V. Manter o mais completo e absoluto sigilo, para os jurídicos e legais efeitos, devendo guardar, por si, seus empregados e/ou prepostos, em relação às informações, documentos de qualquer natureza e tecnologia que, em razão deste instrumento, lhe sejam exibidos, manuseados ou por qualquer outra forma ou modo, venham a tomar conhecimento, ficando, portanto, responsáveis por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis;
- VI. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam direta ou indiretamente sobre este contrato ou seu objeto, ficando, desde logo, convencionado que o(s) CONTRATANTE(S) poderá(ão) descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que porventura venha a efetuar por imposição legal, podendo também o(s) CONTRATANTE(S) exigir(em), se e quando necessário, a apresentação dos respectivos comprovantes de quitação dos períodos anteriores;
- VII. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo(s) CONTRATANTE(S), cujas reclamações se obriga atender prontamente;



- VIII. Responder por todo e qualquer dano que causar diretamente ao(s) CONTRATANTE(S) ou a terceiros, ainda que culposos, praticado comprovadamente por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo(s) CONTRATANTE(S);
- IX. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste instrumento, inclusive a regularidade fiscal;
- X. Diligenciar para que seus empregados tratem com civilidade e cortesia o pessoal do SFB e seus clientes;
- XI. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do contrato, de tudo dando ciência ao(s) CONTRATANTE(S), respondendo integralmente por sua omissão;
- XII. Dar ciência ao(s) CONTRATANTE(S), imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência;
- XIII. Observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a lei nº 13.303/16, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, particularmente a lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- XIV. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- XV. Cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa POG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na prestação dos serviços;
- XVI. Nomear preposto para representar a CONTRATADA durante toda execução do contrato, sendo devidamente identificado no formulário apropriado do Banestes, o qual deverá declarar-se ciente da designação atribuída, assinando o respectivo formulário;
- XVII. Prestar os serviços definidos no objeto, nas especificações e nas condições deste instrumento, com pessoal adequadamente capacitado, utilizando todos equipamentos/padrões de segurança associados;
- XVIII. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pelo(s) CONTRATANTE(S);
- XIX. Não permitir que seus empregados ou prepostos executem serviços além dos previstos no objeto deste contrato;
- XX. Efetuar os serviços através de pessoas idôneas, e devidamente identificadas por crachá, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o(s) CONTRATANTE(S) exigir(em) a retirada daqueles cuja conduta seja inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o(s) CONTRATANTE(S) por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionar, após ficar comprovado que os mesmos foram causados pela CONTRATADA, através de seus prepostos, empregados ou mandatários, ficando o(s) CONTRATANTE(S) autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos à CONTRATADA. Caso os serviços venham a ser executados nas dependências do(s) CONTRATANTE(S), os profissionais da CONTRATADA ficarão submetidos às normas internas de segurança bancária;
- XXI. Responsabilizar-se pela integral prestação de serviços, inclusive no que se referir a



inobservância da legislação em vigor;

- XXII. Prestar por sua conta e risco, usando meios e pessoal próprios, os serviços especializados previstos nos termos do contrato;
- XXIII. Entregar a apólice do seguro pelo preço contratado e de acordo com o previsto nas especificações constantes no Edital e na sua proposta comercial.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS DA APÓLICE

A emissão de apólice, dentre outras condições previstas no instrumento e na regulamentação da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, deverá atender aos itens abaixo:

Parágrafo Primeiro: O limite máximo de indenização será de:

- I. Incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza – R\$ 32.000.000,00, com franquia de POS de 10%, limitada ao máximo de R\$ 32.000,00;
- II. Danos Elétricos – R\$ 1.500.000,00, com franquia de POS 10%, c/ máximo de R\$ 15.000,00;
- III. Impacto de veículos terrestres – R\$ 20.000,00, com franquia de POS 10% c/ máximo de R\$ 2.000,00;
- IV. Perda de pagamento aluguel a terceiros decorrente de cobertura básica – R\$ 15.000,00 com franquia de POS 10% c/ máximo de R\$ 1.500,00;
- V. Responsabilidade Civil – R\$ 1.000.000,00 com franquia de POS 10% c/ máximo de R\$ 10.000,00;
- VI. Alagamento interno e externo – R\$ 1.000.000,00 com franquia de 10% c/ máximo de R\$ 10.000,00.
- VII. Cobertura de Recomposição de Documentos – R\$ 50.000,00, com franquia de 10% c/ máximo de R\$ 5.000,00.

Parágrafo Segundo: O prazo máximo de indenização em caso de sinistro, não poderá ser superior a 30 dias da entrega da documentação;

Parágrafo Terceiro: O prêmio líquido será NET, acrescido apenas do custo da apólice mais o IOF correspondente.

CLÁUSULA NONA: DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATADA, para execução do serviço objeto do contrato originário, poderá ter acesso a dados pessoais e dados pessoais sensíveis de clientes e colaboradores do Banestes, tais como: Nome completo, Data de nascimento, Número e imagem da Carteira de Identidade (RG), Número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Endereço completo, Números de telefone, *WhatsApp* e endereços de e-mail, dentre outros sujeitos à LGPD.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA tem acesso aos dados listados no caput desta cláusula, com a finalidade, conforme art. 6º, inciso I, da Lei nº 13.709/2018, de prestação de serviços referentes à área bancária, com objeto descrito detalhadamente no contrato exordial.

Parágrafo Segundo: É vedado à CONTRATADA utilizar todo e qualquer dado repassado pela(s) CONTRATANTE(S) para finalidade distinta da contratada, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA se compromete, em nome de seus sócios, colaboradores e parceiros, a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados pela(s) CONTRATANTE(S), em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o



repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.

Parágrafo Quarto: Quando houver o repasse de qualquer informação em vista de obrigação legal, conforme previsto no *caput*, a CONTRATADA deve informar à(os) CONTRATANTE(S) antecipadamente, listando quais dados serão repassados, a forma de repasse, a lei que obriga a transferência, ou a cláusula contratual a ser cumprida e por quanto tempo o terceiro permanecerá com o a informação antes da exclusão, em observância ao princípio da transparência (art. 6º, inciso VI, LGPD).

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA adotará técnicas e padrões razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento, para guarda segura dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis repassados pela(s) CONTRATANTE(S), em consonância com o disposto no art. 46 da LGPD.

Parágrafo Sexto: Nos termos do art. 18 da LGPD, o titular dos dados pessoais tem direito a obter das partes contratantes, a qualquer tempo e, mediante requisição simplificada, a confirmação da existência de tratamento; o acesso aos dados; a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei; a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador; a eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD; a informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e a revogação do consentimento, nos termos do art. 8º, § 5º, da LGPD.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à(os) CONTRATANTE(S), em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, com a comunicação aos titulares de dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados pela(s) CONTRATANTE(S), por inobservância à LGPD.

Parágrafo Nono: A CONTRATADA realizará o tratamento de dados enquanto perdurar o contrato de prestação de serviços originário, se comprometendo em apresentar evidência quanto a exclusão dos dados pessoais aos quais tem acesso, ao término do contrato, salvo nos casos de necessidade de guarda das informações, para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.

Parágrafo Décimo: A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pela(s) CONTRATANTE(S).

Parágrafo Décimo Primeiro: Todas as comunicações que versem sobre proteção de dados deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por e-mail, encaminhadas para protecaodedados@banestes.com.br.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA NOVAÇÃO OU TOLERÂNCIA

A tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste contrato não implicará novação ou renúncia de direito. A parte tolerante poderá exigir da outra o fiel e cabal cumprimento deste contrato a qualquer tempo.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA E DO SIGILO

A CONTRATADA não poderá ceder, alienar, dar em garantia, transferir ou gravar de ônus, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, bem como créditos decorrentes deste contrato, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do(s) CONTRATANTE(S).

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA, todavia, por sua conta e risco, poderá contratar com terceiros a prestação de alguns serviços necessários ao cumprimento deste contrato, mediante prévia e expressa autorização do(s) CONTRATANTE(S), ficando a CONTRATADA, como única responsável pelo fiel cumprimento dos serviços perante os CONTRATANTE(S), bem como pelo sigilo e confidencialidade das informações que lhe tenham sido repassadas pelo(s) CONTRATANTE(S) em razão do presente contrato.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros quaisquer informações do(s) CONTRATANTE(S) sem prévia e expressa autorização do(s) CONTRATANTE(S).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

O(s) CONTRATANTE(S) efetuará(ão), sob exclusiva competência e responsabilidade, a fiscalização da execução dos serviços objeto deste contrato, cabendo verificar se no seu desenvolvimento está sendo cumprido o contrato, bem como autorizar os pagamentos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para o seu fiel cumprimento.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização atuará até o término deste Contrato e será exercida no interesse exclusivo do(s) CONTRATANTE(S) e sua atuação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto às suas obrigações e responsabilidades contratuais, inclusive quanto a terceiros, por qualquer irregularidade.

Parágrafo Segundo: O(s) CONTRATANTE(S), sempre que entender(em) pertinente, realizará(ão) consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas / Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO DO CONTRATO

Observado o procedimento previsto para rescisão no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes (RSFB), constituem motivo para rescisão as previsões constantes no próprio Regulamento (RSFB), bem como:

- I. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de obrigações e/ou de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. O atraso injustificado na execução do objeto do contrato;
- III. A subcontratação ou a cessão ou a transferência, total ou parcial, do objeto do contrato, quando não atendidas as condições de habilitação ou sem prévia autorização do(s) CONTRATANTE(S), observado o disposto neste contrato;
- IV. O desatendimento das determinações regulares do(s) CONTRATANTE(S) decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;
- V. A decretação de falência da CONTRATADA;
- VI. A dissolução da sociedade CONTRATADA;
- VII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, a fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem que, a juízo do(s) CONTRATANTE(S), prejudique a execução do contrato;
- VIII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior ou fato do príncipe, regularmente



comprovada, impeditiva da execução do contrato;

- IX. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- X. A prática de atos lesivos à Administração Pública ou que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação do SFB, direta ou indiretamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do presente CONTRATO poderá ser:

- I. Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes nos casos relacionados na cláusula anterior;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para o(s) CONTRATANTE(S);
- III. Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro: A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta cláusula deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada, que deve ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos.

Parágrafo Segundo: A rescisão contratual deve ser formalmente motivada nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa, e seus efeitos se iniciam a partir da data da comunicação escrita sobre a decisão definitiva de rescisão, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Terceiro: A rescisão por ato unilateral do(s) CONTRATANTE(S) pode ser aplicada sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou neste contrato. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções, observado o procedimento para aplicação de sanções previsto no Regulamento de Licitações e Contratos do SFB:

- I. Advertência;
- II. Multa, aplicável nos percentuais e casos adiante enumerados:
 - a. No caso de inexecução parcial do contrato, multa na razão de 3% (três por cento) sobre o valor total atualizado do contrato;
 - b. No caso de inexecução total, multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total atualizado do contrato.
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o(s) CONTRATANTE(S), por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II.

Parágrafo Segundo: A sanção prevista no inciso III do caput desta da Cláusula poderá também ser aplicada à CONTRATADA se esta:

- I. Sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;



- III. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o(s) CONTRATANTE(S) em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Terceiro: As sanções a que se refere esta cláusula devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Quarto: As multas aplicadas conforme o inciso II do caput desta Cláusula serão calculadas conforme previsão do instrumento convocatório ou contrato e descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo(s) CONTRATANTE(S) à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

Parágrafo Quinto: O(s) CONTRATANTE(S) informará(ão) os dados relativos às sanções por ele aplicadas à CONTRATADA, de forma a manter atualizados os cadastros exigidos por lei.

Parágrafo Sexto: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, no CEIS/ CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas por Atos de Improbidade Administrativa (www.cnj.ius.br/improbidade), nos termos da Lei 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15.

Parágrafo Sétimo: Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

Parágrafo Oitavo: As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos seguintes casos, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar:

- I. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos do RSFB;
- III. Quando conveniente a substituição da garantia de execução, quando essa for exigida;
- IV. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de serviço;
- VI. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do(s) CONTRATANTE(S) para a justa remuneração do serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA poderá(ão) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo: Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no Parágrafo Primeiro, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

Parágrafo Terceiro: Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no Parágrafo Primeiro.

Parágrafo Quarto: No caso de supressão de serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais em razão desta contratação, estes serão pagos pelo(s) CONTRATANTE(S) aos custos de aquisição regularmente comprovados.

Parágrafo Quinto: A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Sexto: Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o(s) CONTRATANTE(S) deverá(ão) restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Parágrafo Sétimo: A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registradas por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

Parágrafo Oitavo: É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DADOS DA OUVIDORIA GERAL

Os contatos com a OUVIDORIA GERAL do BANESTES, quando necessários, dar-se-ão pelo telefone 0800-7270030 ou pelo e-mail: ouvidoriageral@banestes.com.br.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica fazendo parte integrante do presente contrato, para todos os fins e efeitos de direito, o processo de Licitação (Pregão Eletrônico) nº 012/2022. Nos casos omissos, aplicar-se-á ao presente contrato as disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Financeiro Banestes, publicado em 29/06/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o foro de Vitória - Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, como competente para dirimir todas as dúvidas e controvérsias oriundas da interpretação ou da execução do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, ressalvado, entretanto, ao(s) CONTRATANTE(S), se lhe convier, optar(em) pelo foro de domicílio da CONTRATADA.

E, por terem assim ajustado as partes contratantes, depois de sua leitura, na presença das testemunhas abaixo, assinam as 02 (duas) vias de igual teor deste contrato, obrigando-se por si e por seus sucessores, a cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Vitória (ES), ____ de _____ de ____.

C O N T R A T A N T E (S)



BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BANESTES SEGUROS S/A

BANESTES DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

**BANESTES ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E
CAPITALIZAÇÃO LTDA**

C O N T R A T A D A



EMPRESA

(Assinar e preencher nome legível e CPF)

TESTEMUNHAS:

ASS:

ASS:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:



ANEXO II.1**DECLARAÇÃO PARA NÃO RETENÇÃO DE CSLL, COFINS E PIS/PASEP
EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL****(Anexo I da Instrução Normativa SRF nº 459/2004)**

Ilmo. Sr.
(Pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 30 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas, empresa de pequeno porte, microempresário individual ou equiparados - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Localidade, _____ de _____ de 2022.

Assinatura e nome do representante legal da sociedade empresária

Nota: Apresentação apenas pela Empresa vencedora, se for o caso, para assinatura de Contrato.



ANEXO II.2**RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE A CONTRATADA MANTÉM PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

Ilmo. Sr.
CONTRATANTE

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.... DECLARA sob as penalidades da lei à (nome da pessoa jurídica pagadora), por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, que mantém para cumprimento do contrato nº _____, os estabelecimentos (sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas) abaixo relacionados:

Descrever: Nome do estabelecimento, CNPJ, inscrição municipal, endereço, telefone.

1)
2)
3)
4)
5)
6)
7)
8)
9)
10)

A CONTRATADA se compromete a informar aos CONTRATANTES, imediatamente, eventual baixa ou criação de estabelecimento prestador utilizado para cumprimento do contrato.

Localidade, _____ de _____ de 2022.

Assinatura e nome do representante legal da sociedade empresária

Nota: Apresentação apenas pela Empresa vencedora, se for o caso, para assinatura de Contrato.



ANEXO III**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos a V. Sa., nossa proposta de preços para **CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE RISCOS NOMEADOS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS PARA OS IMÓVEIS E CONTEÚDO (MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS) DAS UNIDADES DO SFB.**

Nome da sociedade empresária proponente:

CNPJ:

Endereço completo:

Telefone/Fax/E-mail:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

As proponentes deverão apresentar suas propostas conforme abaixo:

LOCAIS	GARANTIAS	Limite Máximo de Indenização – R\$	POS/FRANQUIA
Todos	Incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza	R\$ 32.000.000,00	10% limitada ao máximo de R\$ 32.000,00
Todos	Danos Elétricos	R\$ 1.500.000,00	10% limitada ao máximo de R\$ 15.000
Todos	Impacto de veículos terrestres	R\$ 20.000,00	10% limitada ao máximo de R\$ 2.000,00
Todos	Perda de pagamento aluguel a terceiros decorrente de cobertura básica	R\$ 15.000,00	10% limitada ao máximo de R\$ 1.500,00
Todos	Responsabilidade Civil	R\$ 1.000.000,00	10% limitada ao máximo de R\$ 10.000,00
Todos	Alagamento interno e externo	R\$ 1.000.000,00	10% limitada ao máximo de R\$ 10.000,00
Todos	Cobertura de Recomposição de Documentos	R\$ 50.000,00	10% limitada ao máximo de R\$ 5.000,00

VALOR GLOBAL (DO PRÊMIO): R\$ _____, (por extenso) _____

DECLARAÇÕES:

- I. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital e seus anexos.
- II. Declaramos estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado.
- III. Declaramos que os preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e quaisquer tributos inerentes ao objeto relativo a este procedimento licitatório.

VALIDADE DA PROPOSTA: (prazo por extenso) dias, contados da data de sua apresentação. (Prazo mínimo: 60 dias).

Local e data

Assinatura do representante legal da sociedade empresária

